

Disciplina **MED5712**
Bioética e Ética Médica

Área de Concentração: 17165

Criação: 25/10/2017

Ativação: 01/11/2018

Nr. de Créditos: 4

Carga Horária:

Teórica (por semana)	Prática (por semana)	Estudos (por semana)	Duração	Total
0	2	2	15 semanas	60 horas

Docentes Responsáveis:

Hermes de Freitas Barbosa

Elaine Christine Dantas Moisés

Objetivos:

Introduzir o médico a conceitos básicos de Bioética e Ética Médica. Possibilitar que médicos desenvolvam suas habilidades no campo ético-legal, tornando-os mais seguros para o exercício da Medicina e garantindo a preservação dos direitos dos pacientes.

Justificativa:

A melhoria do atendimento ao usuário do sistema de saúde passa necessariamente pelo reconhecimento de seus direitos, e pela real possibilidade de seu exercício. Alguns destes direitos vêm fazendo parte da pauta de discussões de toda a sociedade, tais como: 1) o direito à informação, materializado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, documento que deve ser entendido como um ato final de um processo de esclarecimento que, por vezes, o médico tem grande dificuldade de estabelecer; 2) o direito à documentação adequada, na qual se inclui o prontuário médico, atestados e receituários; 3) o direito à recusa de tratamento, garantida pelo Código de Ética Médica, pela Lei Estadual 10.241/99 e pela Portaria MS 1.820/2009, dentre outras normas. Dispor de médicos conscientes de seus direitos e deveres, bem como dos direitos e deveres dos pacientes, é condição "sine qua non" para uma boa relação médico-paciente, pedra basilar de um atendimento de qualidade.

Conteúdo:

1) Bases da relação médico-paciente à luz do Código de Ética Médica. 2) Prontuário Médico: constituição, regras gerais e suas particularidades no HCRP. 3) Termo de Consentimento Informado: o processo de obtenção do consentimento do paciente no HCRP. 4) Declaração de Óbito e Declaração de Nascido Vivo: regras gerais de preenchimento e a rotina do HCRP. 5) Atestados e relatórios médicos: tipos, finalidades e regras de preenchimento. 6) Prescrição médica e a confecção de receita médica no ambulatório. A notificação de receita. 7) Sigilo profissional. 8) Situações cotidianas e seus aspectos ético-legais I: recusa de tratamento, situações de terminalidade da vida, alta a pedido. 9) Situações cotidianas e seus aspectos ético-legais II: o atendimento de presidiários, aborto, estupro, violência doméstica, violência contra o idoso e contra a criança. 10) Legislação em temas específicos: reprodução assistida, transplante de órgãos e esterilização cirúrgica. 11) Responsabilidade médica do

residente na esfera civil e sua apuração. Os conceitos de imperícia, negligência e imprudência. 12) Responsabilidade médica do residente nas esferas penal e ética e sua apuração. A sindicância e o processo ético profissional. 13) Atendimento das solicitações da Procuradoria Jurídica do HCRP nos casos de questionamento judicial do atendimento prestado: o papel da assistência técnica pericial. 14) Regulamentação profissional e exercício da Medicina. O exercício das especialidades. Publicidade Médica. 15) O médico residente como cidadão: situação no mercado de trabalho, inserção na previdência social, plantões extras.

Forma de Avaliação:

Execução de atividades programadas, apresentação de seminários, elaboração de relatório de conclusão.

Observação:

Estratégias de ensino-aprendizagem: Será priorizado o uso de estratégias de ensino à distância, por meio do uso de ferramentas on line, disponibilização de videoteca com aulas gravadas, fóruns de discussão, preenchimento de questionários e roteiros de estudo.

Bibliografia:

a) Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1.931, de 17 de setembro de 2009. Aprova o Código de Ética Médica. Diário Oficial da União. Brasília, p. 90, 24 set 2009. Seção 1. b) Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1.995, de 9 de agosto de 2012. Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade dos pacientes. Diário Oficial da União. Brasília, p. 269-70, 31 ago 2012. Seção 1. c) São Paulo (estado). Lei Estadual nº 10.241/1999. Define os direitos dos usuários dos serviços de saúde no Estado de São Paulo. São Paulo: Assembleia Legislativa de São Paulo; 1999. d) Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários de saúde. [Internet]. 2009. e) Brasil. Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013. Dispõe sobre o exercício da Medicina. Diário Oficial da União. Brasília, nº 132, p. 6, 11 jul 2013. Seção 1. f) Oselka GW et al. Bioética clínica: reflexões e discussões sobre casos selecionados. São Paulo: Centro de Bioética do Creesp; 2008. g) Coltri M, Dantas E. Comentários ao Código de Ética Médica. Rio de Janeiro: GZ Ed., 2010